

O 7º Corpo de Voluntários da Pátria

De São Paulo ao Paraguai

*Carlos Roberto Carvalho Daróz**

Introdução

Os Corpos de Voluntários da Pátria foram a solução encontrada pelo Império brasileiro para enfrentar a invasão paraguaia de seu território. As unidades de voluntários foram numeradas do 1º ao 57º, mas precisar sua quantidade exata é tarefa difícil, visto que muitas foram renumeradas, algumas, fundidas em outras unidades e outras, extintas.¹

Embora os Voluntários da Pátria tenham sido, no contexto global da Guerra do Paraguai, bem-sucedidos, com determinados corpos se destacando até mesmo entre as unidades de linha do Exército, alguns foram severamente afetados pelas doenças e pela elevada quantidade de baixas. Esse foi o caso do 7º Corpo de Voluntários da Pátria (CVP), objeto do presente estudo, que, em razão das perdas sofridas, terminou sendo extinto em 1866, e seus remanescentes, distribuídos para o 35º CVP (DUARTE, 1980).

O apresamento pelos paraguaios do navio brasileiro Marquês de Olinda, que fazia a linha entre Montevidéu e Corumbá, em 12 de novembro de 1864, e a subsequente invasão do território brasileiro pelas forças de

Solano López, desencadeou o maior conflito já ocorrido na América do Sul, unindo Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai.

A situação do Exército Imperial brasileiro em 1864 não era das mais favoráveis para enfrentar um inimigo agressivo, como se apresentaram os paraguaios. O descaso do governo e a falta de interesse da sociedade para com os assuntos militares haviam deixado o Exército em situação de vulnerabilidade. Os soldos eram baixos e estavam estagnados desde 1825; o recrutamento era, frequentemente, realizado à força, arrematando desocupados e desqualificados; e o efetivo total da força era claramente insuficiente para atender as necessidades defensivas do Império.

Em razão da baixa prioridade dada pelo governo, faltava praticamente tudo aos soldados: os quartéis eram pequenos e desconfortáveis, a alimentação era restrita a uma refeição quente por dia, o fardamento era “despadronizado” e de qualidade inferior e o armamento era escasso e obsoleto. Dionísio Cerqueira, que durante a guerra assentou praça como soldado e chegou ao posto de tenente, descreveu a situação de carência do Exército Imperial:

* Cel Art R/1 (AMAN/ 91, EsAO/99), sócio titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), professor do curso de pós-graduação em História Militar da Unisul, Palhoça-SC; mestrando em História do Brasil (Universidade Salgado de Oliveira, Niterói-RJ). (*cdaroz@yahoo.com.br*)

O nosso pequeno e mal aparelhado exército deixava muito, senão tudo, a desejar, desde a instrução técnica e o preparo indispensável para a guerra até o comissariado de víveres e forragens, o serviço sanitário, o aprovisionamento de armas, fardamento, equipamento, meios de transporte etc. (CERQUEIRA, 1980, p.63)

O descaso do Império para com o Exército tinha suas origens no período regencial, quando a força terrestre passou a ser vista com desconfiança pelas autoridades imperiais, em razão da participação de oficiais e soldados em motins, rebeliões, tumultos e revoltas. Para salvaguardar seu poder político, por meio de um caráter militar, o Império criou, em 1831, a Guarda Nacional, instituição presente em todas as províncias do país, ligada às oligarquias regionais, que se constituía em um mecanismo de controle da população eficaz e de baixo custo (CARVALHO, 1988). Com missão definida em lei de

defender a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império; para manter a obediência às leis, conservar ou estabelecer a ordem e a tranquilidade pública [...],²

a Guarda Nacional foi utilizada pelo governo como um contraponto ao Exército Imperial, fazendo com que a simples existência das duas instituições com finalidades análogas contribuísse para o desprestígio da força terrestre.

Quando invadiu o território brasileiro, o Paraguai possuía uma população de cerca de 400.000 habitantes, dos quais 77.000 pertenciam ao exército (57.000 na ativa e 20.000 reservistas). O Brasil, mesmo

possuindo aproximadamente 9.100.000 habitantes, possuía um exército muito menor, com apenas 18.320 homens, embora o efetivo da Guarda Nacional fosse estimado em 200.000 soldados (ALMEIDA, 2010).

No que diz respeito à articulação, o Exército Imperial encontrava-se com a maioria de suas unidades concentradas no sul do país, devido às campanhas empreendidas na região do Prata, particularmente a guerra contra Aguirre, no Uruguai. No Rio Grande do Sul, estavam estacionados cerca de 6.000 homens, constituindo o “Exército do Sul”; no Mato Grosso, o efetivo total reunia 875 soldados do exército e 231 guardas nacionais; no Uruguai, perto de Montevideu, havia 9.466 homens, sob as ordens do brigadeiro Manuel Luís Osório, com quartel-general instalado em Paisandu (FROTA, 2000). Quase toda a infantaria brasileira já se encontrava no Sul.

Diante da constatação de que a guerra seria prolongada e em face da quantidade elevada de baixas provocadas pelos combates, o Governo Imperial verificou a necessidade de recompletar os claros abertos nas fileiras das unidades e ampliar o tamanho do Exército. Apesar de dispor de uma numerosa Guarda Nacional — cerca de 200.000 soldados —, as oligarquias escravagistas que controlavam a instituição em nível regional dificultavam o fornecimento de homens para a guerra, temendo desguarnecer suas áreas de influência política e perder o controle da população.

A solução encontrada foi recorrer ao voluntariado, o que ocorreu logo nos primeiros dias de 1865.

Voluntários e compulsados

O efetivo do Exército Imperial fixado em lei³ era de 18.000 praças para circunstâncias ordinárias e 24.000 para situações extraordinárias, podendo, ainda, esse quantitativo ser reforçado por 4.000 guardas nacionais. Diante da ofensiva paraguaia, ficou evidente que, com tal efetivo, o Exército Imperial não teria condições de fazer frente à ameaça, levando o governo brasileiro a criar os Corpos de Voluntários da Pátria, com o propósito de arregimentar a maior quantidade possível de homens, por meio do decreto nº 3371, de 7 de janeiro de 1865.

A legislação incentivava a participação do povo na guerra. Aos voluntários da Pátria eram oferecidas vantagens e regalias, como soldo de 300 mil réis, liberdade a escravos, concessão de terras, patentes de oficiais honorários, baixa do serviço após a guerra, pensão para a família em caso de morte, entre outras (MAESTRI, 2016).

Além dessas medidas legais e administrativas, uma intensa campanha de propaganda foi desencadeada para sensibilizar a população. O próprio imperador D. Pedro II se deixou fotografar envergando uniforme militar e foi o primeiro Voluntário da Pátria a se alistar, para dar o exemplo. O conde D'Eu, marido da princesa Isabel, acompanhou o gesto do imperador e também se voluntariou para lutar na guerra.

Imaginando que o conflito não se estenderia por muito tempo e vendo na remuneração e benefícios uma forma de ascensão social, cerca de 10 mil voluntários se apresentaram para os Corpos de Voluntários da Pátria, o que permitiu ao governo suspender

o recrutamento de guardas nacionais, instituição a cuja convocação muitos dos membros ligados às elites locais costumavam resistir (DORATIOTO, 2002).

O fervor patriótico inicial, contudo, se desvaneceu com o longo, custoso e sangrento desenrolar da guerra, cuja razão de baixas beirava os 40%. A diminuição do entusiasmo popular tornou o número de voluntários cada vez mais escasso, levando o governo a converter o recrutamento de voluntário para coercitivo, exigindo dos presidentes de províncias cotas de “voluntários” que deveriam recrutar e enviar para a guerra. Dessa forma, presidiários, índios, pobres das cidades, migrantes rurais, imigrantes e escravos começaram a ser recrutados à força e deslocados para o Paraguai.⁴

O Corpo de Voluntários de São Paulo se organiza

Atendendo à convocação do governo Imperial, no dia seguinte à assinatura do decreto que instituiu os Voluntários da Pátria, as lideranças da Província de São Paulo deram início a uma mobilização para contribuir com o esforço de guerra. Nesse sentido, realizou-se na Câmara Municipal de São Paulo uma reunião com o objetivo de criar uma sociedade para auxiliar o governo e socorrer as famílias dos alistados e dos soldados que retornassem inválidos da guerra. Em poucos dias, os estatutos da sociedade estavam concluídos, ficando o Dr. Joaquim Antônio Pinto Júnior, comissionado no posto de tenente-coronel, encarregado de arregimentar os voluntários e organizar o corpo.

Para subsidiar a estruturação da nova unidade, foi estabelecida uma campanha de arrecadação de recursos e donativos. O bacharel Antônio Pereira Pinto Júnior, por exemplo, ofereceu-se para financiar o soldo de dez praças durante o tempo que a guerra durasse. Já o comandante superior da Guarda Nacional de Mogi Mirim, coronel Antônio Joaquim de Freitas Leitão, prometeu 500\$000 como prêmio para o primeiro brasileiro que erguesse a bandeira do Brasil em qualquer local ou fortificação invadido pelos paraguaios.⁵



Figura 1 – Tenente Pio Correia da Rocha

Fonte: //jbitten.wordpress.com

Comentário do autor: O tenente, natural de Araraquara, foi um dos primeiros voluntários do 7º CVP a se alistar. Morreria na batalha da Isla Carapá, em 1866.

Com a divulgação do voluntariado na imprensa paulista e em cartazes afixados nas esquinas das ruas da capital paulista, centenas de voluntários se apresentaram para compor o novo corpo, inclusive vindos do interior da província. Foi o caso do tenente Pio Correia da Rocha (**Figura 1**), de Araraquara, que perderia a vida, aos 22 anos de idade, na batalha da Isla Carapá, em julho de 1866. É interessante notar que, por ter sido organizado logo no início do voluntariado, o corpo paulista contou, no início, com voluntários genuínos.

Por se tratar de uma unidade de voluntários, quase todos oriundos do meio civil e da Guarda Nacional, um dos maiores problemas era assegurar seu equipamento e treinamento adequado, para torná-la apta a entrar em combate no mais curto prazo. O presidente da Província de São Paulo, Dr. João Crispiniano Soares, atualizou o ministro da Guerra sobre tais necessidades e solicitou o auxílio do Império para finalizar a organização do Corpo.

O Corpo de Voluntários da Pátria que se está organizando nesta cidade conta com 235 praças, que estão sendo alistadas e quarteladas na Casa de Correção, por falta dos necessários cômodos no quartel da guarnição.

Esse Corpo precisa de disciplina. Não há disciplina sem a constituição de comandos de companhia pelos competentes oficiais. Necessita de instrução. Infelizmente não disponho de instrutores. Não tem armamento, nem fardamento.

Já comuniquei ao Ministério a cargo de V. Ex^ª. que mandei preparar blusas de pano de linho para dar a esse Corpo alguma aparência militar. [...] Hoje apresento a V. Ex^ª. o figurino que julgo próprio para

o fardamento do Corpo e peço a V. Ex.^a. uma solução certo que, desejando ver o Corpo armado, instruído e fardado, não faço questão sobre a forma do fardamento; pelo que o figurino que ofereço só pode ter vantagem de adiantar a solução que reclamo da solicitude de V. Ex.^a.⁶

A correspondência do presidente de São Paulo revela as dificuldades logísticas enfrentadas por praticamente todos os CVP quando de sua organização, particularmente no que diz respeito ao fardamento, armamento e instrução. Mesmo diante de tantas dificuldades, em maio, o Corpo de Voluntários de São Paulo, que recebeu do Ministério da Guerra a designação numérica de 7^o, completou sua organização, contando com 666 homens, divididos em oito companhias; no total, 38 oficiais, 24 músicos e 604 praças (DUARTE, 1980). A instrução preliminar ficou sob a direção do coronel da Guarda Nacional Francisco Antônio de Oliveira, e foi ministrada nas dependências da Escola de Infantaria, com o auxílio dos novos oficiais comissionados.⁷

Como o Dr. Joaquim Antônio Pinto Júnior solicitou sua dispensa do comando do 7^o, foi escolhido para liderar a unidade o major reformado do Exército Francisco Joaquim Pinto Pacca, que foi comissionado no posto de tenente-coronel.⁸

O 7^o Segue para a guerra – as primeiras baixas

Superadas as dificuldades iniciais, em 8 de junho de 1865, o 7^o CVP recebeu ordem para marchar em direção ao Mato Grosso, a fim de reforçar a guarnição daque-

la província, o que fez em 24 de julho.⁹ As lideranças políticas e a imprensa paulistas, no entanto, pretendiam que o Corpo fosse direcionado para o sul do país e incorporado ao corpo de exército do general Osório. Cedendo às pressões políticas, o Ministério da Guerra anulou a designação do 7^o CVP para o Mato Grosso e determinou o seu regresso a São Paulo, de onde a unidade deveria seguir para o Sul (DUARTE, 1980).

Sob essas novas ordens, o Corpo partiu de Santos em 13 de agosto, por via marítima, e, após escalas em Santa Catarina e na cidade do Rio Grande, chegou a Porto Alegre em 29 de agosto, onde desembarcou e foi aquartelado em diversos imóveis no centro da cidade. O 7^o permaneceu cerca de 15 dias na capital rio-grandense, período que foi aproveitado para intensificar a instrução e a execução de serviços de guarda (DUARTE, 1980).

Durante sua estadia em Porto Alegre, o Corpo registrou suas primeiras baixas fatais, por doença, flagelo que se abateu sobre a quase totalidade de unidades enviadas ao Paraguai durante a guerra. Vitimados pela varíola, morreram em Porto Alegre um oficial e 35 soldados (DUARTE, 1980). Dezenas de soldados também contraíram a moléstia e, quando da partida do Corpo para Montevidéu, no dia 15 de outubro, permaneceram baixados ao hospital, sendo substituídos por 140 homens procedentes do Depósito de Voluntários. O próprio comandante, Pinto Pacca, foi acometido pela doença e precisou ser substituído no comando pelo major Joaquim Antônio Dias pouco antes do embarque, seguindo para o Rio de Janeiro em licen-

ça de dois meses para tratamento de saúde (DUARTE, 1980).

Prosseguindo em sua viagem, o navio que conduzia o 7º CVP passou por Montevideu, Buenos Aires e Martin Vaz, chegando, em 8 de dezembro à Vila de Urquiza, já em território argentino, na margem esquerda do Rio Paraná. O Corpo permaneceu acampado nesse local aguardando transporte durante 19 dias, e, mais uma vez, a insalubridade e o tifo ceifaram a vida de mais soldados, inclusive a do comandante da 6ª Companhia, capitão Francisco de Assis Pereira Castro, que morreu no hospital em Corrientes (DUARTE, 1980).

O 7º chegou a Corrientes no dia de Natal, onde desembarcou e foi incorporado a uma grande Divisão de Voluntários da Pátria, que, a cada dia, recebia novos contingentes do Brasil (DUARTE, 1980).

Batismo de fogo no Passo da Pátria

Na manhã de 28 de dezembro, uma grande coluna de tropas brasileiras recém-chegadas marchou para o acampamento de Lagoa Brava, onde foram incorporadas ao 1º Corpo de Exército do general Osório (FRAGOSO, 2010).

Nos primeiros dias do ano de 1866, foi organizada a 19ª Brigada, composta pelo 7º CVP, pelo 42º CVP e pelo Batalhão de Engenheiros. Sob o comando do tenente-coronel Francisco Gomes de Freitas, a brigada foi designada para servir junto ao Comando-Geral de Artilharia,¹⁰ fazendo a proteção dos canhões e prestando outros serviços necessários. Na ocasião, os exércitos da Tríplice Aliança estavam concentrando tropas para

realizar a transposição do rio Paraná e invadir o território paraguaio. Nesse período, durante os três primeiros meses de 1866, o 7º CVP utilizou o tempo para realizar exercícios e manobras e se ambientar ao terreno (FRAGOSO, 2010).

Em 10 de março, o tenente-coronel Pinto Pacca retornou de sua licença e reassumiu o comando do 7º, bem a tempo de participar da invasão do Paraguai. Entre baixas e recompletamentos, contava o Corpo, na ocasião, com 31 oficiais e 491 praças, totalizando 522 combatentes (FRAGOSO, 2010).

A transposição do rio Paraná seria efetuada no Passo da Pátria, diante da fortificação paraguaia denominada Itapiru, com o auxílio da Marinha Imperial. Na madrugada de 28 de março, o exército recebeu ordens para ocupar posição junto à margem do rio, com a transposição prevista para a primeira semana de abril (DORATIOTO, 2002).

Diante do Forte Itapiru, havia um pequeno banco de areia denominado Ilha de Sant'Ana, que poderia, em mãos paraguaias, dificultar a travessia do rio. O chefe da Comissão de Engenheiros, tenente-coronel José Carlos de Carvalho, teve a ideia de ocupar a ilha com a artilharia, atendendo a dois propósitos: impedir a instalação dos paraguaios e dali bombardear a fortificação guarani (DUARTE, 1980).

Uma vez aprovado o plano, na madrugada de 5 de março, uma força de 900 homens, composta por uma bateria de canhões, uma bateria de morteiros, uma bateria de foguetes a Congreve, o Batalhão de Engenheiros, um batalhão de infantaria de linha e o 7º CVP, ocuparam silenciosamente a ilha. O comando de força foi atribuído

ao tenente-coronel João Carlos de Villagran Cabrita, que batizou o banco de areia como Ilha da Redenção (JOURDAN, 1871).

Ainda sob a proteção da noite, as peças de artilharia entraram em posição, enquanto os engenheiros iniciaram a escavação de uma extensa trincheira, e os infantess procuraram instalar-se defensivamente. Ao amanhecer, os paraguaios verificaram que a ilha havia sido ocupada e logo abriram fogo, provocando algumas baixas entre os homens do 7º CVP (FERREIRA, 1866). Tão logo foi finalizada a posição, duas companhias do Corpo permaneceram como guarda avançada, em regime de rodízio, sempre sob o fogo dos canhões paraguaios.

Compreendendo que a posição brasileira na ilha constituía uma séria ameaça para o Forte Itapiru, o comando paraguaio desencadeou um contra-ataque na noite de 9 para 10 de março, com uma força de cerca de 500 homens. Protegidos pela escuridão, os paraguaios conseguiram desembarcar na ilha e investiram contra as trincheiras brasileiras, a do 14º Batalhão de Infantaria de Linha, à esquerda, e a do 7º CVP, à direita do dispositivo. Após um encarniçado tiroteio, que durou vários minutos, a infantaria brasileira, apoiada pelos engenheiros, conseguiu sustar o ataque. Já próximo do alvorecer, com a munição escasseando, o tenente-coronel Pinto Pacca ordenou uma carga de baionetas, expulsando definitivamente a força inimiga de seu setor. Nesse combate, as baixas do 7º foram 13 mortos e 35 feridos (DUARTE, 1980). Na luta corpo a corpo durante o ataque a baioneta, diversos homens do Corpo

lutaram com extrema bravura, o que levou o Governo Imperial a condecorar a unidade e diversos de seus integrantes.

Querendo distinguir e honrar o 7º de Voluntários do Exército Imperial, o qual, tendo ocupado a ilha paraguaia em frente ao Forte de Itapiru [...], no qual se houve com disciplina, perícia e valor acima de todo o elogio, hei por bem, em memória a tão brilhante feito d'armas, conceder ao referido batalhão a insígnia de cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro [...] Com a rubrica do Imperador, Marquês de Olinda.¹¹

O exército aliado realizou a transposição do Paraná com sucesso ao longo de todo o dia 16 de abril, mas o 7º CVP somente cruzou o rio dois dias depois, acompanhando a artilharia (FRAGOSO, 2010).

Estero Bellaco e Tuiuti

Ao se retirarem do Passo da Pátria, os paraguaios se reorganizaram na região do Estero Bellaco, onde foram novamente atacados pelas tropas aliadas. Durante o combate, o 7º CVP, integrando a 19ª Brigada, realizou a proteção do flanco direito da artilharia brasileira (FRAGOSO, 2010).

No dia 14 foi exonerado do comando do 7º o tenente-coronel Pinto Pacca, novamente acometido por doença, assumindo a função em caráter interino o major Joaquim Antônio Dias. Dois dias mais tarde, foi designado comandante do Corpo o tenente-coronel Carolino da Silva Tosta,¹² antigo comandante do 53º CVP da Bahia, que havia sido dissolvido em fevereiro de 1866 (DUARTE, 1980).



Figura 2 – Alferes do 7º Corpo de Voluntários da Pátria

Fonte: RODRIGUES; BARROSO, 1922

Após o combate do Estero Bellaco, as forças da Tríplice Aliança cerraram sobre Tuiuti, no intuito de travar contato com o inimigo em fuga. No final da manhã do dia 24 de maio, os paraguaios abriram fogo contra os aliados. Rapidamente o 7º CVP se deslocou e entrou em posição à retaguarda do Potreiro Pires, juntando-se a outras unidades brasileiras ali posicionadas. Um regimento de cavalaria

paraguaio tentou uma manobra de envolvimento, mas o 7º formou um quadrado e conseguiu repelir a investida. Em seguida, o Corpo contra-atacou e conquistou algum território, apenas para ver a cavalaria paraguaia fazer nova tentativa, dessa vez bem-sucedida, obrigando os brasileiros a ceder terreno. Recebendo o reforço do 12º Batalhão de Infantaria de linha, o 7º CVP carregou contra os paraguaios e conseguiu retomar a posição junto ao Potreiro Pires. Ao cair da tarde, a ofensiva paraguaia estava definitivamente contida (DUARTE, 1980).

As moléstias continuaram a assolar as tropas brasileiras no inóspito território paraguaio. Uma semana após a Batalha do Tuiuti, o comandante e o subcomandante do 7º, tenente-coronel Carolino Tosta e major Joaquim Dias, baixaram ao hospital. Em consequência, foi nomeado para liderar o Corpo o major em comissão João Antônio de Oliveira Valporto.¹³ A 19ª Brigada foi extinta, assim como o 42º CVP, também organizado em São Paulo, que cedeu sua ala direita ao 7º CVP para recompletar suas perdas.¹⁴ Reconstituído, o 7º foi incorporado à 5ª Brigada de Infantaria (FRAGOSO, 2010).

No princípio de julho os brasileiros identificaram a instalação de uma bateria paraguaia do outro lado da lagoa Pires. Na manhã do dia 16, o general Polidoro da Fonseca Jordão, que havia assumido o comando do 1º Corpo de Exército dois dias antes, ordenou um ataque contra a aludida posição, cabendo ao 7º CVP a ocupação da bateria após sua captura, o que foi feito sem nenhuma baixa (DUARTE, 1980).

Devastação na Isla Carapá

Na madrugada do dia 18, diversas unidades brasileiras, entre as quais o 7º CVP, receberam ordem para atacar um entrenchamento inimigo na região conhecida como Isla Carapá. O deslocamento por terreno difícil foi realizado por picadas na mata, que haviam sido abertas pelos paraguaios, para as quais seus canhões estavam apontados de enfiada. O desconhecimento do terreno e a ausência de um reconhecimento prévio levaram os brasileiros direto para uma armadilha.

Ao se aproximarem das baterias paraguaias, os batalhões brasileiros foram recebidos por um intenso canhoneio. Estima-se que os canhões guaranis dispararam cerca de quatro mil tiros na jornada (DUARTE, 1980). Não havendo espaço para manobra e sob intenso fogo de artilharia, não restou aos brasileiros alternativa senão retrair, deixando para trás centenas de mortos e feridos. O major Valporto, comandante do 7º CVP, registrou as dificuldades encontradas e as perdas em sua parte de combate:

[...] A posição do inimigo era forte, visto como havia entre nós um vale feito pela natureza, além daquele feito junto das trincheiras, cujas muralhas acobertaram os atiradores até os ombros: tentei carregar sobre o forte, mandando os corneteiros tocar “avançar” e “fogo” e falando aos soldados debaixo de um vivo fogo do inimigo, mas não pude conseguir, porque as nossas fileiras já estavam minguidas pelos ferimentos e mortes [...]. Ficaram fora de combate 8 oficiais, sendo um morto e sete feridos; das praças de pré, foram mortas 13, feridas 145, e extraviadas por se ignorar seus destinos 12 [...].¹⁵

No dia 5 de agosto, o tenente-coronel Pinto Pacca, recuperado das enfermidades, regressou novamente ao teatro de operações e reassumiu o comando do 7º CVP, agora com suas fileiras severamente desfalcadas em razão das baixas em combate e doenças (DUARTE, 1980).

Considerações finais

Os desgastantes combates travados durante a invasão do Paraguai produziram milhares de baixas, o que impôs ao Exército Imperial uma pausa nas operações. Para comandar a nova fase da campanha, foi designado o marquês de Caxias, que assumiu suas funções em 18 de novembro de 1866, no acampamento de Tuiuti.

De imediato, Caxias promoveu uma completa reorganização do exército, no sentido de padronizar as unidades, recompletá-las e dar-lhes um poder de combate adequado. Nesse sentido, muitas unidades desfalcadas de efetivo foram extintas, e outras, fundidas em novas organizações. E foi exatamente esse o destino do 7º, na ocasião bastante reduzido pelas baixas, particularmente depois do malsucedido assalto à Isla Carapá. Assim, em 20 de dezembro de 1866, ao reorganizar o 1º Corpo de Exército, o marquês de Caxias extinguiu o 7º CVP, sendo seus remanescentes incorporados ao 35º CVP, que havia sido organizado em Porto Alegre.¹⁶

Em pouco mais de um ano, o Corpo de Voluntários de São Paulo enfrentou as agruras e dificuldades típicas da organização de uma unidade nova a partir do zero e, a despeito da falta de experiência de seus integrantes, houve-se muito bem na contraofensiva contra

o Paraguai. A expressiva quantidade de baixas — fato que concorreu para encerrar precocemente a trajetória do Corpo — é um testemu-

nho e um registro do empenho e do sacrifício dos voluntários de primeira hora da Província de São Paulo na Guerra do Paraguai. 🌐

Referências

Bibliografia

ALMEIDA, Fabiana Aparecida. Vivendo a Guerra do Paraguai: memórias de um Voluntário da Pátria. **Revista Brasileira de História Militar**, n.3, dez. 2010, disponível em <www.historiamilitar.com.br/Artigo5RBHM3.pdf>. Acesso em 20 set. 2016.

CARVALHO, José Murilo. **Teatro de sombras: a política imperial**. São Paulo: Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da campanha do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DUARTE, Paulo de Queiroz. **Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai**, v.2, t.1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

FERREIRA, Luís Vieira. **Passagem do Paraná. Da Comissão de Engenheiros do 1º Corpo de Exército em operações na campanha do Paraguai**. Apontamentos. Rio de Janeiro: s/e, 1866.

FRAGOSO, Augusto Tasso. **História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai**, v.2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.

FROTA, Guilherme de Andréa. **Quinhentos anos de história do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

IZECKSOHN, Vitor. **O Cerne da Discórdia**. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2002.

JOURDAN, Emilio Carlos. **Guerra do Paraguay**. Typographia Perseverança, 1871.

MAESTRI, Mário. Silva Barbosa: diário de um voluntário na guerra contra o Paraguai – da defesa de São Borja à morte de Francisco Solano López. In: SQUINELO, Ana Paula (Org.). **150 anos após – a Guerra do Paraguai: entreolhares do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai**, v.1. Campo Grande: Ed. UFMS, 2016, pp.109-136.

RODRIGUES, José Wash; BARROSO, Gustavo. **Uniformes do Exército Brasileiro - 1730-1922**: Obra Commemorativa do Centenário da Independência do Brasil. Aquarellas e Documentação de José Wash Rodrigues. Texto organizado por Gustavo Barroso. Paris: A. Ferroud – F. Ferroud, Succr., 1922.

SOUSA, Jorge Prata. **Escravidão ou morte**: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

Fontes

Aviso do Ministro da Guerra de 8 de junho de 1865. Coleção de manuscritos do Arquivo Nacional: ofícios trocados entre os presidentes de província e os ministros das pastas da Guerra e da Justiça.

BRASIL. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário dos Negócios Guerra*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865.

_____. Lei de 18 de agosto de 1831, Artigo 1º. *Coleção de Leis do Império 1830-1831*.

_____. Lei n. 1220, de 20 de julho de 1864. *Leis do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1865.

Decreto Imperial de 1º de maio de 1866. Coleção de manuscritos do Arquivo Nacional: ofícios trocados entre os presidentes de província e os ministros das pastas da Guerra e da Justiça.

Ofício s/n do presidente da Província de São Paulo ao ministro da Guerra, de 24 de fevereiro de 1865. Coleção de manuscritos do Arquivo Nacional: ofícios trocados entre os presidentes de província e os ministros das pastas da Guerra e da Justiça.

Ofício nº 155 do presidente da Província de São Paulo ao ministro da Guerra, de 15 de abril de 1865. Coleção de manuscritos do Arquivo Nacional: ofícios trocados entre os presidentes de província e os ministros das pastas da Guerra e da Justiça.

Ordem do Dia nº 115, de 6 de janeiro de 1866, do Quartel-General do general Osório. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

Ordem do Dia nº 154, de 17 de maio de 1866, do Quartel-General do general Osório. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

Ordem do Dia nº 158, de 28 de junho de 1866, do Quartel-General do general Osório. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

Ordem do Dia nº 157, de 21 de junho de 1866, do Quartel-General do general Osório. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

Ordem do Dia s/nº, de 1º de agosto de 1866, do Quartel-General do general Polidoro. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

Ordem do Dia nº 14, de 20 de dezembro de 1866, do marquês de Caxias. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

-
- ¹ Cf. Ordem do Dia nº 14, de 20 de dezembro de 1866, do Marquês de Caxias. Acervo do Arquivo Histórico do Exército. Inicialmente, os Corpos de Voluntários foram numerados continuamente, configuração que perdurou até o final de 1866. Em 20 de dezembro daquele ano, ainda sob o impacto da Batalha de Tuiuti, o marquês de Caxias promoveu uma reorganização total das forças brasileiras e, a título de padronização, determinou que todas as unidades de infantaria passassem a ser organizadas com oito companhias, conforme estabelecia a regulamentação da arma. Caxias ordenou, ainda, que, para evitar confusão com os vinte e um batalhões de infantaria de linha do Exército e facilitar a transmissão de ordens, os vinte e um primeiros Corpos de Voluntários fossem reordenados e recebessem nova numeração. Para atender à nova organização, algumas unidades de voluntários foram fundidas e outras, dissolvidas, devido à redistribuição de efetivos para compor as oito companhias.
- ² BRASIL. Lei de 18 de agosto de 1831, Artigo 1º. *Coleção de Leis do Império 1830-1831*, p.50.
- ³ BRASIL. Lei n. 1220, de 20 de julho de 1864. *Leis do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1865.
- ⁴ Para saber sobre o recrutamento forçado e o recrutamento de Guardas Nacionais e de escravos, ver IZECKSOHN, Vitor. *O Cerne da Discórdia*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2002 e SOUSA, Jorge Prata. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.
- ⁵ BRASIL. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário dos Negócios Guerra*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865.
- ⁶ Ofício s/n do presidente da Província de São Paulo ao ministro da Guerra, de 24 de fevereiro de 1865. Coleção de manuscritos do Arquivo Nacional: ofícios trocados entre os presidentes de província e os ministros das pastas da Guerra e da Justiça.
- ⁷ A cadeia de comando do 7º CVP, quando de sua organização, era constituída pelos seguintes oficiais: CVP – tenente-coronel Francisco Joaquim Pinto Pacca; fiscal □ major em comissão Joaquim Antônio Dias; 1ª Companhia – capitão Antônio Ferraz do Amaral; 2ª Companhia – capitão Antônio Alves Marques; 3ª Companhia – capitão Diogo Antônio Barros; 4ª Companhia – capitão Antônio Carlos da Silva Teles; 5ª Companhia – capitão Felício Ribeiro dos Santos Camargo; 6ª Companhia – capitão Francisco de Assis Pereira Castro; 7ª Companhia – capitão Fortunato de Campos Freire e 8ª Companhia – capitão Joaquim Compton Delboux (DUARTE, 1980).
- ⁸ Ofício nº 155 do presidente da Província de São Paulo ao ministro da Guerra, de 15 de abril de 1865. Coleção de manuscritos do Arquivo Nacional: ofícios trocados entre os presidentes de província e os ministros das pastas da Guerra e da Justiça.
- ⁹ Aviso do ministro da Guerra de 8 de junho de 1865. Coleção de manuscritos do Arquivo Nacional: ofícios trocados entre os presidentes de província e os ministros das pastas da Guerra e da Justiça.
- ¹⁰ Ordem do Dia nº 115, de 6 de janeiro de 1866, do Quartel-General do general Osório. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.
- ¹¹ Decreto Imperial de 1º de maio de 1866. Coleção de manuscritos do Arquivo Nacional: ofícios trocados entre os presidentes de província e os ministros das pastas da Guerra e da Justiça.
- ¹² Ordem do Dia nº 154, de 17 de maio de 1866, do Quartel-General do general Osório. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.
- ¹³ Ordem do Dia nº 158, de 28 de junho de 1866, do Quartel-General do general Osório. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.
- ¹⁴ Ordem do Dia nº 157, de 21 de junho de 1866, do Quartel-General do general Osório. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.
- ¹⁵ Ordem do Dia s/nº, de 1º de agosto de 1866, do Quartel-General do general Polidoro. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.
- ¹⁶ Ordem do Dia nº 14, de 20 de dezembro de 1866, do marquês de Caxias. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.